

"Um país não vai ao FMI duas vezes seguidas impunemente."

Paulo Hartung (PPS-ES), líder do partido no Senado, ontem, sobre o retorno do Brasil ao FMI, criticando a demasiada dependência do país do capital externo.

A crise dos sete anos



Como nos casamentos, a relação da sociedade brasileira com o Plano Real apresenta altos e baixos. O Real tem sido um bom provedor de estabilidade, turbinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas a injustiça social continua intocada. Boa parte das carências básicas da sociedade permanecem insatisfeitas. Vejamos esta relação em retrospectiva.

O período de lua de mel com a estabilidade apresentou pouca redistribuição. O impacto do fim do imposto inflacionário foi de 10%, devolvidos à vista para quem não tinha acesso às defesas financeiras. A linha de pesquisa que originou o Real e os planos de estabilização que o antecederam, buscava reduzir a inflação mantendo o status quo da distribuição de renda. A fase da URV, uma espécie de noivado com a nova moeda, pretendia isso. O Real foi

concebido — e bem sucedido — no combate à inflação.

O ganho de bem-estar da estabilização não foi a equidade, mas — como o próprio nome sugere — a estabilidade. A volatilidade de renda individual caiu 40% com a estabilização. Por outro lado, a desigualdade de rendas mensais — que é o que se mede no Brasil — eram infladas pelas frenéticas flutuações da renda dos tempos de alta inflação. Parece que a iniquidade caiu, mas o que caiu mesmo foi a instabilidade, responsável por 2/3 da queda medida de desigualdade. Não é mera coincidência que o nosso recorde histórico de desigualdade foi atingido durante os picos inflacionários de 1989 e 1994.

O grosso da redução da pobreza pós-Real se deu em maio de 1995, dez meses após a estabilização. Pode ter sido apenas uma longa gravidez até que os seus benefícios fossem paridos. De forma mais realista, a redução da pobreza de 10,6% então observada estaria ligada ao reajuste do salário mínimo de 70 para 100 reais, concebido pouco antes. Não fazia sentido discutir quem era o pai dos benefícios distributivos imediatos do

Real, pois eles ainda estariam por vir. Nem buscar apenas causas estruturais mas enxergar o papel das políticas de renda, gostando ou não delas.

O reajuste de 151 para 180 reais concedido ao mínimo em 2001, é interessante não pela magnitude mas pela redistribuição implícita na concessão de reajustes superiores a quem percebe o piso dos benefícios previdenciários. A relação custo fiscal/benefício social — quanto de despesa pública adicional para cada redução percentual de pobreza — da modalidade adotada em 2001 é quatro vezes menor do que nos reajustes previdenciários generalizados de 1995. Responsabilidades fiscal e social podem caminhar de mãos dadas.

Populismo social financiado por irresponsabilidade fiscal corresponde a uma troca desvantajosa entre alívio hoje pela dificuldade amanhã. Estabilidade e consistência fiscal são fundamentos sobre o qual podemos construir, ou não, uma sociedade justa. Não confundir meios e fins. O "trickle-down" não é o caminho mais curto entre políticas públicas e pobreza. Toda a moderna literatura de crescimento enfatiza a importância de se investir nas

pessoas. O bom combate à pobreza leva ao crescimento sustentado. O dilema entre combate à pobreza e crescimento é falso, tudo depende da qualidade distributiva do crescimento.

Na verdade, a opção preferencial pelos pobres foi mais visível durante as crises do que na prosperidade. Em meio à seca de 1998 no sertão nordestino a in-

A desigualdade brasileira é uma espécie de Geni, repugnada em público, embora preste competentes serviços às elites

digência medida não aumentou, e o mesmo foi observado a nível nacional nas crises externas de 1996 a 1999. As crises de estabilização, externa e energética são exemplos vivos da capacidade de se preservar os mais pobres em situações críticas. Agora é preciso sair da defesa para o ataque à pobreza crônica. Um pouco de pressão pode ajudar a revelar os caminhos da eficiência social.

A FGV gerou recentemente dois números: 50 milhões de indigentes e 14 reais de contribuição mínima por não indigente para acabar com o problema. Os dois números derivam da mesma linha de pobreza, não dá para achar um número muito alto e o outro muito baixo. São duas faces da mesma nota de 80 reais num país desigual por natureza. Pouco para uns, inatingível para outros. O número grande revela a gravidade da situação, e o pequeno, a factibilidade da sua resolução.

Falta jogar luz sobre as carências da nossa sociedade para que a cura seja debatida com objetividade. Mais do que a adoção de uma linha oficial de miséria, é preciso compromissos reais com objetivos sociais palpáveis. A estabilidade, em si, não garante a conquista da justiça social. Da mesma forma que o casamento não garante a felicidade dos pares. É preciso distinguir condições necessárias das suficientes.

Marcelo Cortes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.
E-mail: mcneri@fgv.br